



UGANDA

Quando o amor mata

Ativistas LGBTQIAP+ enfrentam angústia ante a possibilidade de o presidente Yoweri Museveni sancionar legislação que prevê prisão perpétua. Cientistas renomados enviam carta aberta ao chefe de Estado e solicitam o veto ao texto. Gays relatam tortura e ameaças

» RODRIGO CRAVEIRO

Jessica Rinaldi/Reuters - 8/1/2013



Morador de Kampala, Ronald Agaba, 25 anos, afirma que ser gay em Uganda é quase uma sentença de morte não oficializada. Às 11h30 da última quarta-feira (5h30 em Brasília), por pouco ele foi linchado quando comprava comida no vilarejo de Lubugumu, a 16km da capital. “Fui a um mercado, perto do local onde estou me refugiando. Cinco caras apareceram gritando: ‘Isso é um gay. Não queremos gays aqui. Ele usa as plataformas de mídia social para promover a homossexualidade’. Com bastões e um fio, começaram a bater em mim, até que outro homem me socorreu. Agora, estou cuidando dos hematomas”, contou ao **Correio**, que recebeu fotos dos sinais de tortura.

Agaba teme que a situação se deteriore ainda mais. Em 22 de março, o Parlamento aprovou a Lei Anti-Homossexualidade, que prevê prisão perpétua a quem for pego mantendo relações sexuais com pessoas do mesmo gênero. Qualquer pessoa que se envolver em “atos” homossexuais poderá ser condenada a 20 anos de cadeia. O texto foi reenviado pelo presidente Yoweri Museveni ao Parlamento, para ser “aprimorado”. O líder enfrenta pressão internacional para impor o veto.

Em carta aberta, 15 cientistas renomados de países como África do Sul, Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Quênia e Austrália pediram a Museveni que não assinasse o texto, sublinharam que a genética desempenha um papel na homossexualidade e que não se vira gay como se pega um “resfriado comum”. “A exposição a bandeiras da cor do arco-íris não tornará uma criança gay”, escreveram.

Um dos signatários, Dean Hamer — cientista emérito do Instituto Nacional de Saúde dos EUA — admitiu ao **Correio** que decidiu participar do movimento por acreditar que Museveni “merece o melhor conhecimento que a ciência possa oferecer”. “Não acho que a biologia deveria desempenhar qualquer papel em determinar os direitos humanos básicos. Mas, também acredito que é muito melhor para as pessoas terem informação cientificamente válida e precisa sobre a orientação sexual, em vez de

Fotos: Arquivo pessoal



Murungi Shantal, ativista transexual: “Estou em um esconderijo e não posso sair”

desinformação”, pontuou.

Hamer desqualifica a tese de que crianças sejam influenciadas por pessoas LGBTQIAP+. “O ruim para crianças é não serem aceitas por aqueles que são da sua própria família. O bom é que seus pais amem e apoiem seus filhos, os protejam do preconceito e da discriminação. A ideia de que garotos podem ‘aprender’ a serem LGBTQ+, ou que possam ser ‘influenciados’ para mudar sua orientação sexual, é cientificamente imprecisa e, obviamente, falsa.”

A transexual Murungi Shantal, 25, também de Kampala, garantiu à reportagem que perdeu

tudo o que tinha por ser gay. “Meus pais deixaram de pagar minhas contas no primeiro ano de universidade. Tenho recebido ameaças de morte e, atualmente, estou em um esconderijo. Durante o dia, não posso sair”, disse.

Incitação

Shantal explicou que o presidente Museveni determinou ao Parlamento que revise a legislação, a fim de torná-la ainda mais restritiva. “Ele pediu a remoção de todas as brechas que fariam com que fosse contestada na Corte. Isso porque os advogados deixaram claro que desafiaram

a lei, em caso de sanção. A realidade é que, mesmo que o texto seja vetado, nós, gays, continuaremos a enfrentar perseguição, pois o presidente incita a população contra nós”, denunciou Shantal, que ocupa o cargo de diretora-executiva do *Colored Voice Truth to LGBTQ Uganda* (“Voz colorida da verdade para os LGBTQs de Uganda”). Ela lembra que, por três vezes, Museveni patrocinou legislações anti-gays com efeitos devastadores sobre a comunidade homossexual de Uganda.

Agaba afirmou que, todos os dias, tem de pagar o preço por ser gay. “Há muita raiva, ataques,

Três perguntas para

FRANK MUGISHA, diretor executivo da organização não governamental Sexual Minorities Uganda (“Minorias Sexuais de Uganda”) e um dos mais proeminentes ativistas LGBTQIAP+ do país

Como o senhor vê a possibilidade de o presidente sancionar a Lei Anti-Homossexualidade?

Toda a comunidade LGBTQIAP+ de Uganda está muito ansiosa em saber se o presidente sancionará a legislação. Pelo que Yoweri Museveni disse, ele está enviando o texto de volta ao Parlamento para ser aprimorado. Isso significa que deverá assiná-la. Todos estamos muito preocupados e assustados. Há muita ansiedade em torno disso.

Wikipedia



a pena de morte não está prevista em nossa Constituição. A lei deverá ser apreciada novamente pelo Parlamento na próxima semana e, 14 dias depois, voltará para Museveni. A maioria dos ugandeses apoia essa lei, pois são doutrinados ao ódio pelos evangélicos norte-americanos extremistas.

O que é ser gay em Uganda?

Há muito medo e paranoia no país entre as pessoas da comunidade LGBTQIAP+. Muitas pensam em fugir de Uganda, caso o texto seja sancionado. Há muito ódio direcionado contra os homossexuais nas ruas. Tenho sofrido vários atos de ressentimento, ataques, ameaças à minha vida, sejam elas verbais ou físicas. Isso ocorre muitas vezes. (RC)

O que significa aprimorar a legislação?

O presidente de Uganda recomendou que a lei deveria ser revisada. Ele pretende discriminar no texto o que deve ser relatado pelos cidadãos às autoridades. Também quer emendas, porque

trauma, depressão, auto-ódio por abusos públicos impiedosos e pensamentos suicidas, devido à falta de pertencimento”. Por causa de padrões religiosos, as pessoas LGBTQIAP+ de Uganda são consideradas “satânicas”. “Alguns chegam a nos associar com cultos secretos malignos. Outros alegam que possuímos poderes satânicos; outros nos rebaixam como alguém que vendeu a alma, como aberrações ou sinais de calamidade para a África.”

Segundo Agaba, os gays em Uganda enfrentam uma questão de vida ou morte. “Nós vivemos na expectativa de sermos linchados por uma multidão, condenados à prisão perpétua ou termos negado o acesso aos serviços sociais. O desemprego é uma constante ameaça, pois ninguém quer dar emprego a um homossexual. Temos que nos mudar sempre de casa, por segurança.”

Também ativista LGBTQIAP+, Steven Kabuye, 25, disse ao **Correio** que ser gay em Uganda é “incrivelmente desafiador e perigoso, devido ao ambiente jurídico e social do país”. “A atividade de homossexual é ilegal e punida

com a prisão perpétua. Os indivíduos LGBTQIAP+ enfrentam preconceito disseminado, assédio e violência generalizada, com relatos de ataques físicos e sexuais, prisões e até mesmo assassinatos”, lamentou.

Barreiras socioculturais dificultam que pessoas LGBTQIAP+ vivam abertas e livremente. Segundo Kabuye, muitos ugandeses mantêm visões conservadoras sobre sexualidade e gênero, e há pouca aceitação ou suporte aos homossexuais. “Famílias e amigos rejeitam ou abandonam indivíduos gays, e eles enfrentam dificuldades em achar empregos ou moradia e em receber cuidados médicos”, afirmou.

O governo e a mídia são conhecidas por promover a retórica e a propaganda anti-LGBTQ+, o que alimenta ainda mais a discriminação e a violência contra a comunidade. Kabuye relatou que, duas semanas atrás, quase foi esfaqueado por uma turba. “Eu apelo ao presidente Museveni para pensar além do pote e vetar essa lei. Pelo bem dos direitos humanos e da igualdade. O patriotismo nos chama a não deixar nenhum africano para trás”, destacou Kabuye.

Paulo Delgado



contato@paulodelgado.com.br

CLAMOR PELO SUDÃO

“Deus modera o vento para as ovelhas tosquias” é um singelo ditado folclórico francês que não se aplica ao ensanguentado Sudão. Terceiro maior país da África e do mundo árabe, não tem paz há quase 50 anos. País de grandes planícies desérticas, zonas montanhosas e planaltos, banhado pelo Mar Vermelho, os sudaneses são descendentes dos núbios, povos bíblicos da época dos faraós.

A forte tradição oral — cantos e contos populares de caráter mitológico — mistura fantasias, magia e superstições e atravessa os tempos. Recitados com alegria e sempre com final feliz, fazem parte da melhor tradição. Poetas celebram a beleza do lendário Rio Nilo, a esperança na terra, os mistérios do deserto do Saara e

se misturam a canções de louvor ou zombaria, descrevendo crenças e rixas, exprimindo a identidade, a posição política e a visão da vida e do futuro de seu povo.

País com múltipla influência cultural africana, árabe, egípcia e inglesa, era possível encontrar, todo mês, na Praça Etinay, no centro de Cartum, a capital fundada pelo Egito há 202 anos, centenas de amantes de livros. Reunida em frente à livraria Sudan, aberta em 1902 pela Grã-Bretanha, a aglomeração compunha o público de uma feira-sebo ao ar livre. Seus organizadores, orgulhosos de uma cidade que já teve mais de 400 livrarias, se orgulham de dizer que não vendem livro usado, mas livro com desconto.

Quis o destino que um conjunto

de maus governantes, militares feroces, milícias delinquentes, religiosos fanáticos e comerciantes sem escrúpulos, se unissem para destruir o país. Conseguiram fazer do Sudão um país marcado pela pobreza, agravada por guerras constantes, crise econômica permanente, fome e fanatismo religioso. No meio de todo o horror primitivo, enfrenta também, como todo o mundo, o esfacelamento cultural provocado pela internet. Tudo isso — e a indiferença do mundo — contribuiu para levar ao declínio a reputação literária dos sudaneses, um dos mais importantes mercados culturais para escritores árabes.

Considerado por diferentes indicadores internacionais como um dos mais pobres, violentos, de alta

percepção de corrupção governamental e mais instáveis países do mundo, o Sudão volta a enfrentar conflitos armados entre as forças do exército que controlam o governo e grupos paramilitares. Segundo a ONU, o número de mortos já ultrapassou de 300 com mais de 3 mil feridos ou desaparecidos. Os combatentes não aceitam o cessar-fogo que possa permitir a saída de civis das zonas de conflito, agravando a tragédia humanitária no país.

O militarismo ativo, autoritário e discriminatório, legal ou de milícias, é uma triste tradição no Sudão desde a independência. As divisões entre generais, ora dentro, ora fora do governo, impedem que se criem as condições para o país fazer a transição e funcionar como República sob controle civil. Os combates entre as facções rivais, sem nenhuma consideração pela tranquilidade da população civil, são rotina, misturadas com

limpeza étnica, genocídios e violência da privacidade e integridade das pessoas comuns, especialmente mulheres e crianças.

Doze milhões de sudaneses estão passando fome, sem moradia, sem água potável, medicamentos, assistência qualquer. A economia está em frangalhos pela negligência do governo com a gestão mais elementar na administração de um Estado. Governos e regimes se alternam através de golpes de Estado. Aliás, não há nada mais relevante para a política do país do que o golpe de estado e o caráter inamistoso para opinião divergente.

A sociedade civil sudanesa é bastante ativa, deseja a democracia e, muito atenta aos movimentos políticos, se manifesta sempre que é provocada. Age da forma imediata e é fortemente reprimida, inclusive com massacres. A memória da repressão não abandona a vida do povo desde o genocídio de Darfur, em

2003, e o massacre no acampamento de Cartum, em 2019.

Contribui muito para a instabilidade política a existência de quase 80 partidos políticos em atividade frenética. Líderes militares e civis tensionam a população com suas rixas por poder, colocando o país em regime de exceção permanente. Daí não conseguirem consenso para fazer a transição para um governo democrático. O Conselho Soberano de militares e civis, instalado no país desde o golpe militar de 2019 que derrubou a ditadura anterior, deveria fazer a transição. Como é internamente dividido e conspira contra a democracia, a transição acabou em 2021. Os conflitos atuais são a sequência de golpes, dentro de golpes.

Liga Árabe, União Africana, ONU, União Europeia, China, EUA... quem está disposto, de coração, a ajudar o Sudão?

PAULO DELGADO, sociólogo